

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 056

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 08 DE MAIO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Durval Amaral
Líder da Oposição Waldyr Pugliesi
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Luiz Traiano
PMDB Nereu Moura
PPB Tony Garcia
PT Luciana Rafagnin
PDT Luiz Carlos Zuk
PSL Luiz Carlos Martins
PL Pastor Edson Praczyk
PPS Marcos Isfer

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 038ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
08 DE MAIO DE 2002**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Nelson Garcia e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Justus; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 1126

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário,

rio, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 256/2002, que altera a redação do artigo 1º da Lei nº 13.213, de 29.06.2001. Processo Administrativo Fiscal.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1128

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final, para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1157

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da discussão e votação do Projeto de Lei nº 109/2000, item 09, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 1134

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do dia 09 de maio, quinta-feira, para o dia de hoje, logo após a presente Sessão.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) ADEMAR TRAIANO

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Marcos Isfer, Waldyr Pugliesi, Luiz Carlos Zuk, Nereu Moura, Cesar Seleme e 1 ilegível.

REQUERIMENTO Nº 1127

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 121, do Regimento Interno e atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER, a anexação dos Projetos de Lei nºs 216/2001 e 509/2001, que dispõem sobre a gratuidade para idosos acima de 65 anos nas viagens rodoviárias intermunicipais.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) HERMAS BRANDÃO

REQUERIMENTO Nº 1143

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedido tempo no Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 21 de maio próximo, para que um representante do Sindipetro e um representante da ADFP - Associação dos Deficientes Físicos do Paraná, possam fazer uso da palavra para tratar da implantação da Alca e os reflexos na Saúde Pública e das demissões pelo Correio, dos deficientes físicos respectivamente.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1158

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do senhor Miroslau Michaltchuk, ocorrido em 07 de maio de 2002.

Requer ainda que do presente se dê ciência à sua esposa, Clara Michaltchuk e aos filhos Marcelo, Marcelino e Áurea Michaltchuk, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Major Estevão nº 175- CEP 84570000- Mallet PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) ORLANDO PESSUTI

REQUERIMENTO Nº 1129

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o duto Plenário, voto de congratulações e aplausos à Maria Aparecida Figueiredo Lima e Marchese, proprietária do Haddock Buffet, pelo 10º aniversário de inauguração do Buffet, a ser realizado no dia 19 de abril.

Outrossim, requer, comunicação do feito à Sra. Maria Aparecida Figueiredo Lima e Marchese, na Av. Constâncio Pereira Dias, 1000- Parque Industrial- CEP 87065-240, no município de Maringá-PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Maria Aparecida Figueiredo Lima e Marchese, conhecida no Paraná pelos maravilhosos eventos que promove, é figura essencial e importantíssima para o Estado. Pertencente à Rede Feminina de Combate ao Câncer, atua de modo virtuoso em Maringá e na região, fazendo programas sociais importantíssimos para toda a população.

No aniversário de seu buffet ela merece todas as congratulações pelo êxito em suas atividades tanto profissionais como sociais. Como desempenha funções essenciais para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos paranaenses, ela merece todo o nosso agradecimento.

REQUERIMENTO Nº 1133

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao município de Maringá/PR, alusivos à comemoração do 55º aniversário de emancipação política, que ocorrerá no próximo dia 10 de maio.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao prefeito municipal, senhor José Cláudio Neto, através de correspondência à Av. XV de Novembro, nº 701, CEP 87013-230, em Maringá/PR.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

REQUERIMENTO Nº 1147

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Idalino Costa e Luíza Tomazi Costa, que completou 50 anos de união conjugal, celebrando bodas de ouro. Foram muitos anos de vida comum, de mãos dadas na alegria, no sofrimento e também nas divergências, hoje fortalecidos e comemorados com muito orgulho. Em todos os momentos compartilhados juntos, o amor foi mais forte, provando que a confiança, a fidelidade e a ternura solidificam ainda mais os laços de sua união.

Ao renovarem o compromisso assumido ao longo de todos esses anos, pedimos a Deus que inunde os seus corações com alegria e paz, para que possam continuar vivendo intensamente esta aliança, unidos à família, amigos e conhecidos.

Somamos aos demais pares desta Casa de Leis os nossos cumprimentos.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1150

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de cotos de congratulações ao Passeio Público de Curitiba, pela comemoração de seus 116 anos.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Passeio Público de Curitiba, completou em 02 de maio deste ano 116 anos de existência. Fundado em 1886, é um marco da nossa história. Não se tem conhecimento de alguém que tenha passado por Curitiba sem ao menos passar em frente a ele.

Localizado no coração da cidade, ali podem ser encontrados aposentados jogando xadrez ou dama, famílias alimentando os peixes e brincando nos pedalinhos, crianças rindo dos malabarismos dos macacos ou brincando no parquinho, casais namorando, turistas vendo as espécies exóticas de répteis, atletas correndo ou pedalando para manter a forma ou simplesmente jovens tomando um chopp, lendo ou aproveitando a área verde para relaxar.

Nesses longos 116 anos o Passeio Público já mudou de perfil diversas vezes. Já foi ponto de encontro de gente famosa, das primeiras décadas do século XX até o final da década de 60, quando poucas mulheres se arriscavam a ir ao local que era dedicado aos homens. Passou a ser local de trazer a família para lazer nos anos 70. No final dos anos 80 mudou novamente, tornando-se local perigoso e freqüentado por muitas prostitutas e, recentemente, foi revitalizado e voltou a ser freqüentado por pessoas de todas as idades, que buscam diferentes formas de diversão.

O Passeio tem área de 69.285 metros quadrados, boa parte ocupada por 1.900 árvores nativas e exóticas. Entre elas, duas são especiais: uma plátanos com quase um século de vida, e um eucalipto, com 49 metros de altura. Desde 1997 o Passeio Público abriga uma Companhia da Polícia Militar, o que já permitiu a redução do número de ocorrências policiais em 80%. O local já foi palco de vários acontecimentos históricos, como a coroação do poeta Emiliano Pernetta como “Príncipe dos Poetas Paranaenses” e o primeiro vôo de um balão dirigível por uma mulher - no caso o “Granada”, conduzido por Maria Ainda, esposa do capitão Magalhães da Costa. Um outro marco foi o restaurante do Pasquale, que por 40 anos, foi muito freqüentado por políticos, jornalistas da área esportiva, intelectuais e artistas até o ano de 1997.

Pela comemoração de seus gloriosos 116 anos, receba o Passeio Público, através das administrações (Avenida Paraná, s/n - Centro- Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1151

Senhor Presidente:

O deputado que este presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Justiça do Trabalho, pela comemoração de seus 61 anos no Paraná.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Justiça do Trabalho está comemorando 61 anos no Estado do Paraná. O número de processos julgados aumenta a cada ano. Em 1994, quando o número de Varas já se situava nas atuais 61, ingressaram 85.788 processos trabalhistas.

Nos primeiros anos de sua existência, a Justiça do Trabalho brasileira era apenas um órgão administrativo

do Ministério do Trabalho. Com o passar do tempo ganhou status de autonomia, passando a integrar o Poder Judiciário da União e tornando-se um de seus ramos mais fortes.

A Constituição de 1988 ampliou a abrangência de sua atuação, seguindo-se um período recente em que o Congresso Nacional cogitou extingui-la ou torná-la um apêndice da Justiça Federal. A reforma parcial da Carta Magna modificou sua estrutura, acabando com a representação classista e já existe projeto de lei prevendo a criação de novas Varas. Avanços e retrocessos também ocorreram na legislação do trabalho deste a CLT de 1943. No âmbito processual o final do século marcou a instituição do rito sumaríssimo que prevê a solução em 15 dias das reclamações que envolvem menos de 40 salários-mínimos.

Hoje a Justiça do Trabalho no país está estruturada com 1.190 Varas do Trabalho, 24 Tribunais Regionais e o Tribunal Superior do Trabalho.

Pela comemoração de seus gloriosos 61 anos no Paraná, receba o Tribunal Regional do Trabalho (Avenida Vicente Machado, 400 - Curitiba-PR), através da Dra. Adriana Nucci Paes Cruz, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1152

Senhor Presidente:

O deputado que este presente, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Força Expedicionária pela comemoração dos 57 anos do Dia da Vitória.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Comemora-se hoje o Dia da Vitória - há 57 anos as tropas aliadas invadiram a costa da Normandia, na França, dando início à ofensiva aliada que pôs fim à dominação nazista na Europa durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1942 depois de navios brasileiros serem atacados pelos alemães, o país declarou estado de guerra contra a Alemanha e Itália. Um ano depois, foi criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que enviou 25.334 soldados para os combates na Europa, sendo 1,5 mil paranaenses.

Foram 239 dias de batalhas com vitórias importantes no Sul da Itália obtidas pelos combatentes brasileiros. O conflito terminou em agosto de 1945, quando o Japão se rendeu após a destruição das cidades de Nagasaki e Hiroshima pela bomba atômica. A guerra envolveu 61 países, deixando um saldo de 50 milhões de mortos, entre eles, 465 combatentes brasileiros, 12 deles paranaenses.

É uma área, sem dúvida, que deve ser comemorada, pois destaca o heroísmo dos soldados brasileiros e, para nós, que enviamos paranaenses para a memorável Batalha é motivo de muito orgulho.

Pela comemoração do Dia da Vitória, receba a Força Expedicionária (Praça do Expedicionário, s/n - Curitiba-PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1153

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao jornal Voz do Paraná, pela comemoração de seus 46 anos.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O jornal Voz do Paraná está completando 46 anos. Fundado em 1956 pelos padres Claretianos, foi assumido pelos Irmãos Maristas e pela PUC em 1986. Nessa época o professor Euro Brandão era reitor da PUC e diretor da Voz do Paraná. A proposta do jornal era trazer informações científicas e religiosas.

O jornal circulou com o nome de Atualidade por dez anos. Em 1996 com a aquisição de um espaço de comunicação pelos Irmãos Maristas, chamado Lumen, foi transferida a redação da PUC para o bairro Pilarzinho.

Durante 15 anos o jornal Voz do Paraná esteve a serviço da Arquidiocese Metropolitana, trazendo inúmeras informações sobre a vida paroquial e religiosa de Curitiba. Antes de 1986 o jornal era considerado como um dos mais importantes veículos de comunicação do nosso Estado. Vários jornalistas de renome passaram por sua redação. A profundidade das matérias e a angulação correta das notícias eram seus pontos fortes.

Em 2001 quando completou seus 45 anos o jornal voltou-se para sua inspiração original e com nova formação, que atende aos novos anseios de difusão de valores humanísticos e de socialização de experiências de solidariedade.

O Voz do Paraná é mais que um projeto editorial - é uma nova proposta de jornalismo no nosso Estado. Destinado à comunidade acadêmica e científica das instituições de ensino superior do Estado, tem por objetivo criar uma rede de troca de informações sobre as principais atividades de formação superior do Paraná.

Pela comemoração de seus gloriosos 46 anos de fundação, receba o jornal Voz do Paraná (PUC/PR - Av. Imaculada Conceição, 1155 - CURITIBA/PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1154

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à

cidade de Jaguariaíva, pela comemoração de seus 94 anos.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A cidade de Jaguariaíva completou em 05 de maio seus noventa e quatro anos. A curiosidade é que o dia do município é em 15 de setembro, mas a cidade festeja seu dia em 5 de maio. A duplicidade originou-se do fato de que D. Pedro I assinou alvará que criou a Freguesia em 15 de setembro de 1823 (fato registrado no livro de Registro de Provisões e Alvarás, da Diocese de São Paulo). Sendo assim, o município completará 178 anos. Ocorre que a sede foi elevada à categoria de cidade em 05 de maio de 1908, há 94 anos, data que passou a ser comemorada pela população.

Jaguariaíva significa na língua tupi-guarani "rio da onça brava". A cidade nasceu em um local de pousada de tropeiros, que vinham às cidades sulistas para comercializar produtos e animais no Estado de São Paulo, principalmente na Feira de Sorocaba. O trabalho e a dedicação do povo, transformou o município na capital sul americana do papel de imprensa, título que todos se orgulham de possuir.

A cidade originou-se primeiramente, na parte alta, devido às paradas dos tropeiros. Mais tarde, com a chegada da ferrovia, desenvolveu-se na parte baixa. Hoje, Jaguariaíva, é uma só. Seu município possui diversos pontos turísticos como o parque linear, cachoeiras, vasta área verde. Além disso desponta no turismo de negócios devido à Pisa Papel Imprensa e outras indústrias do setor madeireiro, que atualmente somam 43 empresas.

O distrito industrial tem dois anos de existência, período que solidificou muitas empresas e as tornou conhecidas em diversas regiões do país e até mesmo do exterior.

Pela comemoração de seus gloriosos 94 anos, receba a cidade de Jaguariaíva, através de sua prefeitura municipal (Rua Dr. Domingos Cunha, 35-Jaguariaíva/PR - 84200-000), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1155

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à Empresa Trombini, pela comemoração de seus 61 anos.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

A Empresa Trombini Embalagens está comemorando 61 anos. Fundada em 1941 é a maior produtora de caixa de papelão ondulado do Sul do Brasil. A empresa dedica-se à produção de caixas de papelão ondulado e sacos de papel multifolhado perfeitamente adequados às necessidades de embalagem de transporte ao armazena-

mento, ao empilhamento, manuseio dos produtos de cada cliente.

Iniciou suas atividades no município paranaense de Morretes, que ao longo dos anos foi passando por transformações e ampliação de atividades. Foi porém em 1962 que a Trombini atingiu sua era industrial, 21 anos depois de empenho no setor de comércio de representações de papéis, onde conseguiu destaque representando produtos consagrados e distribuídos nos mercados do Paraná e Santa Catarina. De lá para cá, a empresa cresceu espantosamente.

São cinco fábricas produzindo em Curitiba (papel reciclado, sacos de papel e caixas de papelão ondulado, Fraiburgo (celulose e papel), Canela (papel reciclado) e Farroupilha (caixa de papelão ondulado). As unidades de Curitiba e Farroupilha estão dotadas de equipamentos de última geração e da mais elevada capacitação técnica para assegurar ágil e pleno atendimento ao mercado, em todo o território nacional. Também em Curitiba são produzidos sacos de papel multifoldado com um volume que coloca a empresa como uma das maiores fabricantes do país.

Pela comemoração de seus gloriosos 61 anos, receba a Trombini Embalagens, através de seu diretor, Ricardo Trombini (Rua J. Casagrande, 803 - Curitiba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1135

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam inseridos na Ata dos Trabalhos do Poder Legislativo: votos de aplausos e congratulações, ao senhor Demétrio César Tono, diretor do Colégio Papa João Paulo II, do município de Pinhais, pelo excelente trabalho prestado durante os seus 20 anos de atuação na área de educação. Votos estes extensivos aos seus familiares, parentes, amigos, demais professores e alunos daquela instituição educativa.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) CESAR SELEME

JUSTIFICATIVA:

O senhor Demétrio César Tono, professor há 20 anos, é atualmente o diretor administrativo da Associação Educativa Esportiva e Cultural Papa João Paulo II - Colégio Estadual Papa João Paulo II do município de Pinhais, há 30 anos, sendo que está a serviço daquela instituição educativa há aproximadamente 5 anos.

Advogado e profundo conhecedor de suas obrigações, o senhor Demétrio César Tono, vem desenvolvendo um excelente trabalho direcionado ao bem-estar e à educação dos jovens que freqüentam aquele Colégio.

REQUERIMENTO Nº 1144

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, o

envio de expediente ao Sr. José Carlos de Araújo Viera, superintendente regional do Incra, solicitando o posicionamento deste em relação às 36 famílias despejadas da Fazenda Solidor, no município de Espigão Alto do Iguaçu, e transferidas para o Assentamento da Fazenda Roncador no município de Quinta do Sol.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica tendo em vista que 36 famílias foram selecionadas da Fazenda Solidor no município de Espigão Alto do Iguaçu e transferidas para o assentamento da Fazenda Roncador, no município de Quinta do Sol.

Em 02 de junho de 2000, o superintendente regional do Incra/PR, firmou um termo de compromisso de seis itens com as lideranças dessas famílias acampadas na Fazenda Roncador, no município de Quinta do Sol, no qual assumiu o compromisso, de que em 90 dias iria agilizar o processo de desapropriação de áreas e apresentar os documentos (decreto de Emissão de Posse), para destinação e assentamento das famílias selecionadas excedentes.

Entretanto, apesar de esse termo ter sido feito há dois anos atrás, até o momento não foram apresentadas alternativas para atender o número de famílias cadastradas, que são consideradas excedentes. Tendo em vista que em 02.10.2000 foi assinado na presença do prefeito municipal de Quinta do Sol, de alguns vereadores, do pároco da cidade, de lideranças das famílias dos sem terra e do bispo diocesano de Campo Mourão, Dom Mauro Aparecido dos Santos um Aditivo do Termo de Compromisso, em que o Incra reiterava seu compromisso com aquelas famílias, e que até a presente data não foram cumpridos os acordos por parte do Incra/PR e que as famílias estão passando fome, os barracos de lona em que vivem foram destruídos por vendavais, o que está gerando insatisfação, revolta e desconfiança nas autoridades constituídas.

Em reunião no último dia 04.05.2002 no município de Quinta do Sol, pelo assessor parlamentar da 2ª vice-presidência, José Maurino de Oliveira Martins, juntamente com lideranças daquelas famílias, tomamos conhecimento da questão, e apresentamos o presente requerimento.

REQUERIMENTO Nº 1145

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo no bairro Lamenha Grande, município de Almirante Tamandaré, devido a violência e vandalismo que ocorrem na lanchonete sito à Av. Vereador Wadislau Bugalski, esquina com a Rua Rio Paraná.

Há muita falta de segurança e respeito quanto ao horário de fechamento do estabelecimento determinado por lei, o que tem ocasionado vários problemas para a comunidade, principalmente aos moradores locais. Segue abaixo-assinado anexo dos moradores.

Pedimos urgência no atendimento do presente, a fim de se evitar acontecimentos mais graves.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1148

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais e moradores próximos ao Colégio Estadual Senador Manoel Alencar Guimarães, sito à Av. Cândido Hartmann nº 1.650 - bairro Mercês, os quais solicitam o destacamento de um policial de trânsito no local a fim de orientar os alunos na travessia das ruas. O movimento de pessoas e veículos é intenso, perigoso e principalmente no período da manhã, quando são alunos menores que estudam, é imprescindível a presença de um policial, a fim de proporcionar maior segurança e prevenção de acidentes.

Pedimos urgência no atendimento do presente.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1145

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Rose Marli da Cruz de Abreu, residente à Rua José Alcides de Lima nº 1855 - Parque Industrial - bairro Capão Raso, que pede providência quanto ao vazamento do esgoto que vem ocorrendo em frente à sua residência. O esgoto está transbordando pela tampa da calçada, exalando um mau odor insuportável e favorecendo a contaminação de doenças nas pessoas.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 346-7556.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1139

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, solicitando a imediata restauração da malha viária do trecho

compreendido como faixa portuária, do Porto de Paranguá.

Tal necessidade é urgente, uma vez que a pavimentação asfáltica daquele trecho encontra-se completamente deteriorada, com buracos enormes em toda a sua extensão, o que tem ocasionado acidentes e prejuízos, sobretudo aos motoristas de caminhões que precisam circular por ali diariamente.

Diante do exposto, peço o deferimento pelos nobres pares desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1141

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao secretário de Estado dos Transportes, Wilson Justus Soares, solicitando as seguintes informações a respeito da pavimentação asfáltica da Estrada da Ribeira.

Qual é o total de recursos que a União repassará para a realização da pavimentação asfáltica da Estrada da Ribeira, no trecho entre Bocaiúva do Sul e Adrianópolis?

Qual é o montante de recursos gastos para a pavimentação no trecho entre Bocaiúva do Sul e Tunas?

Qual é o valor previsto para concluir o asfalto entre Tunas até a cidade de Adrianópolis e para quando está prevista a conclusão da obra?

Qual é o valor e para quando está prevista a construção das pontes e a finalização da pavimentação asfáltica, no trecho compreendido entre Bocaiúva do Sul e Tunas?

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1137

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao secretário de Estado da Fazenda do Paraná, Ingo Henrique Hübert, solicitando o seguinte:

1 - Qual é o valor da dívida que o Estado do Paraná tem com o Banco Itaú? De que forma esta dívida está sendo paga ou equacionada?

2 - Qual é o montante de recursos emprestados pelo governo federal ao Estado do Paraná para sanear o Banestado e posteriormente vendê-lo ao Banco Itaú? Qual é o valor que o Paraná paga por mês à União por este empréstimo e qual é o prazo para o pagamento? de onde o tesouro Estadual retira os recursos para o pagamento deste empréstimo, todos os meses?

3 - Qual é o valor, em reais, que o Banco Itaú pagou pela compra do Banco Banestado e onde foi aplicado este valor?

Nestes termos, pede o deferimento aos nobres colegas.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1138

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja despachado expediente solicitando informações ao secretário de Estado da Fazenda do Paraná, a respeito do total pago de ICMS pela empresa América Latina Logística ALL ao Estado do Paraná, no período de 1997 a 2002, ano a ano.

Termos em que peço o deferimento.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1140

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao secretário de Estado da Segurança Pública, José Tavares, solicitando os seguintes dados estatísticos sobre os índices de criminalidade no Estado do Paraná, nos anos de 1999, 2000 e 2001, a saber:

1 - Qual é o número de veículos de passeio e utilitários roubados, em cada cidade do Estado do Paraná?

2 - Qual é o número de veículos recuperados pelos órgãos de segurança do poder público estadual?

3 - Qual é o número de cargas roubadas apreendidas pelo poder público estadual?

4 - Qual é a quantia de drogas (maconha e cocaína) apreendidas pelos órgãos de segurança pública do Estado do Paraná? Em quais cidades ocorreram as apreensões?

5 - Qual é o número de homicídios ocorridos naquele período em cada cidade do Estado do Paraná e quais são as suas causas prováveis?

6 - Qual é o número de armas de fogo, de posse ilegal, apreendidas pelos órgãos de segurança pública do Paraná e onde foram apreendidas?

7 - Qual é o número de estelionatos ocorridos?

Termos em que peço o deferimento pelos nobres pares.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1142

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao secretário de Estado da Saúde do Paraná, Luiz Carlos Sobania, solicitando qual o valor total de recursos repassados por esta Secretaria e pelo SUS para o município de

Adrianópolis no ano de 2002, para o combate à dengue naquele município.

Pelo exposto, peço deferimento.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 1156

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de pedido de informações ao secretário de Estado da Administração, sobre o fechamento do Hospital da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

O Hospital da Polícia Militar, fundado há mais de 40 anos está sendo fechado e suas atividades estão sendo transferidas para o Hospital Evangélico.

O Hospital da Polícia Militar foi fundado com a finalidade de prestar à corporação militar um atendimento diferenciado, especialmente em casos de pronto atendimento e emergências, pois em casos de policiais feridos, estes eram atendidos e às vezes até transportados junto com os marginais envolvidos nas ocorrências que os vitimava. Com vistas a separar os policiais dos marginais, evitando o constrangimento que a situação causava, o comando entendeu que era necessária a construção de um hospital para a corporação, e decidiu-se pela construção do prédio.

O Hospital possui 120 leitos, conta com diversas clínicas de especialidades diferentes, laboratórios, salas para cirurgias, além do ambulatório de pronto-atendimento emergencial.

A construção foi efetuada com a contribuição de todos os policiais, através de uma contribuição imposta à corporação. O Hospital era mantido com dinheiro de três fontes: dinheiro das contribuições da comunidade, dinheiro do Governo do Estado e dinheiro do IPE (a maior parte).

O fato do fechamento do hospital já havia sido previsto com o fechamento do IPE e foram apresentadas sugestões ao Comando Geral, para solucionar o problema. Atualmente, uma das últimas soluções apresentadas, foi a manutenção do atendimento apenas dos policiais ativos, mas que não se configura como solução, já que o hospital foi construído e equipado justamente pelos policiais da reserva e que são os que mais necessitam do atendimento prestado por aquela Casa de Saúde.

A Corporação está apreensiva, já que não se sabe se haverá atendimento e se o atendimento será bom, sem contar com o retorno do constrangimento do policial em ter que partilhar o mesmo local de atendimento que os bandidos.

O fechamento é um verdadeiro retrocesso já que o hospital fornecia um excelente atendimento aos policiais

militares, (ativos e inativos) e suas famílias não só com atendimento, mas também com internamentos, cirurgias e exames. Em tempos em que a população necessita de melhorias na área de saúde e que os policiais já tão injustiçados com baixos salários e dificuldades de trabalho, o Governo do Estado ainda retira dos policiais militares, o hospital construído, equipado e ainda mantido parcialmente por eles.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 298/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica assegurado aos professores da rede pública de ensino estadual e municipal, o direito ao pagamento de meia-entrada em espetáculos artísticos, culturais e esportivos, realizados em prédios pertencentes ao patrimônio público ou promovidos pela administração estadual.

Art. 2º - A concessão de meia-entrada dar-se-á com a apresentação pelo beneficiário, de documento comprovando a sua condição de professor de estabelecimento de ensino público estadual ou municipal.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.2002
(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná tem em seu patrimônio, prédios em que são realizados eventos esportivos, espetáculos artísticos e culturais, com a apresentação de peças teatrais, ópera e outros, de autores renomados e com a participação de atores dos mais conceituados no mundo das artes, como o Teatro Guaíra e Ópera de Arame, por exemplo.

Ao se estimular a presença dos profissionais da educação, através da concessão de meia-entrada, em atividades acima referidas, estaremos beneficiando sobremaneira os alunos de estabelecimentos públicos, na medida em que esses eventos, ao serem assistidos por professores dos mais diversos segmentos do setor educacional, lhes proporcionarão condições de ampliar e atualizar seus conhecimentos nas mais diversas áreas de educação, cultura e esportes, cujo aprendizado será repassado pelos educadores aos alunos durante o exercício do magistério.

Estamos certos de que o nosso objetivo com este projeto, que é o de beneficiar a classe docente e discente incentivando o professor, muitas vezes impossibilitado pela sua situação financeira de adquirir um ingresso, a participar desses eventos, e por conseguinte o aluno será

alcançado, se contarmos com o apoio dos nobres pares desta Casa à sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 299/2002
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Não havendo união formal ou informal do deputado estadual, o benefício da Lei nº 4.763, de 05.11.63, alterada pela Lei nº 13.426, de 07.01.2002, transmite-se aos filhos menores de 21 anos e não emancipados, e aos definitivamente inválidos ou incapazes quando a invalidez for adquirida até a sua maioridade.

Art. 2º - O benefício será concedido a contar da data da formalização do pedido pela parte interessada.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário e produzindo efeitos a partir do dia 15 de dezembro de 2001.

Sala das Sessões, em 08.05.2002
(a) FERNANDO GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, alterada pela Lei nº 13.426, de 07.01.2002, tem por objetivo amparar a família de deputado estadual, em sua falta, concedendo uma pensão mensal à viúva, cujo benefício é revertido em favor dos filhos menores de 21 anos ou incapazes, em caso de falecimento da pensionista.

Ocorre que o legislador não incluiu na lei a hipótese de o parlamentar falecido, mesmo sendo solteiro, deixar um filho, fruto de um relacionamento com mulher também solteira, cujo envolvimento pelo curto período de relação ou eventualidade, à luz da legislação pertinente, não caracterize a união estável, não havendo neste caso a figura da viúva que deveria receber o benefício, prejudicando assim o filho menor que fica impedido de receber a pensão.

Diante do exposto, e da finalidade da lei, que é de garantir através da lei em questão a manutenção da família do parlamentar falecido, faz-se necessário que seja incluída no dispositivo essa possibilidade, proporcionando assim ao executor da lei a sua aplicação e garantindo ao menor a ser tutelado, o direito à percepção da pensão em questão.

PROJETO DE LEI Nº 300/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Moreira Salles- Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Moreira Salles- Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 301/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal São José - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal São José - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 302/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal professor Geraldo Prehl- Educação Infantil, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Pré-Escola Municipal Professor Geraldo Prehl - Educação Infantil, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 303/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Rural Municipal Agostinho Portello, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Rural Municipal Agostinho Portello, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 304/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Eulália Domingos de Oliveira Zarantonelli - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Professora Eulália Domingos de Oliveira Zarantonelli - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Moreira Sales-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 305/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual IV Centenário - Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Quarto Centenário- PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual IV Centenário - Ensino Fundamental e médio, com sede e foro no município de Quarto Centenário-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 306/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Rancho Alegre- Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Rancho Alegre D'Oeste-PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.2002

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Rancho Alegre-- Ensino Fundamental e Médio, com sede e foro no município de Rancho Alegre D'Oeste-PR, é um órgão de representação dos pais e professores desse estabelecimento, não tendo caráter político partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerados os seus dirigentes e conselheiros.

A APM tem por objetivos, entre outros, colaborar na assistência ao educando, no aprimoramento do ensino e na integração família-escola-comunidade, mediante ação integrada ao Conselho Escolar.

PROJETO DE LEI Nº 307/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento da taxa de vistoria, todos os veículos que transportam trabalhadores volantes no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - A comprovação dos veículos com fins de transporte de trabalhadores volantes deve ser feita pelo proprietário do veículo atendido todas as determinações por parte do DER.

Art. 2º - O disposto no *caput* do artigo 1º, não exime a vistoria do veículo, mas tão somente o pagamento da taxa cobrada pela vistoria.

3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

É sabido que o Departamento de Estradas e Rodagem - DER/PR cobra taxa de vistoria de todos os veículos que transportam trabalhadores volantes. No entanto, o presente projeto de lei propõe a isenção da taxa de vistoria. Entendemos que a vistoria nos veículos que transportam os "bóias-frias" é primordial para atender preceitos de segurança para todos que são transportados. Porém, a cobrança de um encargo para efetuar a vistoria não é devida; mister é analisar o crescente agravamento da economia atual, a crise ganha proporções assustadoras. Todo emolumento cobrado em cima desses veículos acaba sendo repassada para a parte mais fraca do ciclo da agricultura. Os trabalhadores volantes acabam tendo seus pagamentos afetados, dessa maneira continuam sendo seres agregados.

Como objetivamos progressos no processo de maior distribuição de renda e igualdade social, esperamos a aprovação deste projeto de lei.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 308/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Batista Aliança Eterna (Creche), com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública o Centro de Educação Infantil Batista Aliança Eterna (Creche), com sede e foro no município de Maringá, entidade que presta assistência às crianças pobres, sem distinção de cor, raça ou credo religioso, cujas mães necessitam de emprego fora do lar para sua manutenção. Educar e executar planos que redundem no bem material, moral e espiritual das famílias pobres; colaborar com os poderes públicos no equacionamento e solução dos problemas de assistência social, entre outros.

A associação é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 30 de maio de 2000, que realiza com sucesso trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 309/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Equipe de Promoção Humana da Comunidade Cristã Nossa Senhora das Graças de Sarandi, com sede e foro no mesmo município.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

A propositura em tela tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Equipe de Promoção Humana da Comunidade Cristã Nossa Senhora das Graças de Sarandi, com sede e foro no mesmo município. Entidade que vem prestando relevantes encontros de orientação para o desenvolvimento familiar para um melhor nível de vida na saúde, higiene e vivência comunitária, além de prestar assistência médica, hospitalar, dentária e medicamentos. Também visando melhores rendas familiares,

promove cursos de artesanato e encaminhamento ao trabalho adequado para cada pessoa.

A associação é uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 16 de maio de 1980, que realiza com sucesso, trabalhos inerentes às finalidades de sua criação.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente proposição.

Daí as razões deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 310/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O número máximo de alunos por sala de aula na rede pública estadual de ensino obedecerá ao disposto nesta lei.

Art. 2º - O limite de alunos por sala de aula nos estabelecimentos de ensino da rede pública estadual de ensino é de:

I - ensino infantil até 20 (vinte) alunos;

II - 1ª série do ensino fundamental: até 20 (vinte) alunos;

II - 2ªs, 3ªs e 4ªs séries do ensino fundamental: até 25 (vinte e cinco) alunos;

III - 5ªs, 6ªs, 7ªs e 8ªs séries do ensino fundamental: até 30 (trinta) alunos;

IV - ensino médio: até 35 (trinta e cinco) alunos.

Art. 3º - A jornada escolar mínima, para o ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio, da rede pública de ensino do Estado do Paraná, será de quatro horas diárias, incluindo o recreio.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoiamento:

Irineu Colombo e Ângelo Vanhoni.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que aqui apresentamos, tem como objetivo contribuir para a melhoria do ensino no Estado do Paraná, através de uma medida simples: a determinação de um limite máximo para o número de alunos em sala de aula e a jornada mínima diária.

O excesso de aluno em sala de aula não permite aos professores um contato mais direto com os alunos e estes acabam por não desenvolver uma convivência integradora e educativa entre si. Em turmas com grande número de alunos, fica impossibilitado ao professor dar um atendimento adequado às necessidades individuais dos alunos, o que traduz-se em baixo rendimento escolar e, por conseguinte, repetência e evasão escolar.

Segundo pesquisa, "Retrato da Escola" realizada pela UNB - Universidade Nacional de Brasília, os profes-

sores paranaenses são os mais doentes do Brasil. Um dos principais fatores é o excesso de aluno em sala de aula, que provoca no professor uma perda do sentido do trabalho em que as coisas já não importam mais. Qualquer esforço lhe parece inútil. Nos meios científicos esse quadro é conhecido como Síndrome de Burnout. No Brasil, essa síndrome afeta 48% dos professores. No Paraná, 63%, portanto, acima da média nacional.

No nosso entender, o Estado do Paraná pode e tem condições de dar uma resposta à sociedade paranaense fazendo da educação uma prioridade efetiva. A ausência de legislação disciplinando esta matéria, tem provocado não só evasão escolar, repetência e desestímulo nos professores, como também tem elevado os custos da educação sem aumento de qualidade.

Cumpramos ressaltar ainda que o presente projeto de lei dá consequência no artigo 25 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e aos Pareceres nº 792/73 e 05/97 do Conselho Nacional de Educação.

Em nome dos mais nobres interesses da educação pública de qualidade que todos almejamos, peço apoio de todos os parlamentares desta Casa à aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 311/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica instituído o Sistema de Identificação datiloscópica para pessoas recém-nascidas, obrigatório em toda a rede hospitalar do Estado do Paraná.

Art. 2º - A realização de coletas das impressões digitais, de materiais que determinarão o grupo sanguíneo, bem como as demais informações complementares, ficarão a cargo da Secretaria de Estado da Saúde e Secretaria de Estado da Segurança Pública, que editarão as instruções necessárias ao cumprimento das normas estabelecidas.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) ALGACI TULIO

JUSTIFICATIVA:

Parcela considerável de brasileiros não possui identidade. Não são cidadãos brasileiros simplesmente porque nunca foram identificados por um registro de nascimento ou outro qualquer documento.

O projeto ora apresentado é de vital importância para o início do processo de cidadania brasileira, pois vai garantir a integridade civil da pessoa que nasce num hospital dentro do Estado do Paraná. A responsabilidade civil do homem começa no nascimento com a vida, mas a lei o põe a salvo desde a concepção, conforme o disposto

no art. 4º do Código Civil Brasileiro ao tratar de direitos do nascituro.

Através da datiloscopia como processo de identificação humana prático e seguro, que mantém os caracteres estáveis do indivíduo, dentro dos postulados: perenidade, imutabilidade, variabilidade (de indivíduo para indivíduo), se alcança a organização social e política em benefício da comunidade. Este benefício traduz-se em segurança da criança recém-nascida, impedindo a troca nas maternidades, bem como o tráfico de crianças. A implantação de um serviço como o proposto, não acarretará ônus maior para os cofres públicos, mas trará grandes benefícios à sociedade, com o início de um novo processo de cidadania brasileira.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra à deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Senhor presidente, senhores deputados.

Faço uso dessa tribuna para deixar registrado que, no último dia 30, semana passada, estivemos participando de uma audiência em Brasília com técnicos do Ministério da Agricultura, onde representamos a CPI dos Alimentos desta Casa, mas que está discutindo a questão do leite.

Essa audiência foi promovida por várias entidades ligadas à agricultura, Fetrapesul, Faep, Fetaep e muitas outras que vêm, trabalhando com agricultores de produção de leite.

Foi bastante proveitosa, porque não foi uma entrega de propostas, mas sim, discussão das propostas de mudança da Portaria nº 56. Essa portaria, se for colocada em prática da forma como ela está, com certeza vai prejudicar muitos agricultores, cerca de 90% dos agricultores chamados familiares.

As propostas lá levantadas e muito bem aceitas pelos técnicos do Ministério da Agricultura dizem respeito à vigência dessa portaria. A proposta é que ela seja colocada em prática a partir de julho de 2004 (1ª etapa), julho de 2007 (2ª etapa), julho de 2010 (3ª etapa). Isso iria facilitar para que os pequenos agricultores possam se adequar nas exigências da portaria 56. Foi uma proposta da CPI do Estado do Paraná.

A segunda proposta é a fixação do limite máximo da temperatura de refrigeração e conservação do leite na propriedade rural em 7°C (sete graus Celsius), alcançados no máximo até três horas após o término da ordenha. E do limite máximo de 10ª Celsius no momento da entrega no estabelecimento onde se dará o prosseguimento final da matéria-prima. A exigência da portaria era que em três horas estivesse o leite o seu resfriamento a 4º Celsius. Isso dificultaria para os agricultores usar os seus equipamentos normais de refrigeração que têm na propriedade.

Uma terceira proposta é a utilização, sem restrição, de tanques comunitários de refrigeração do leite e de tanque de imersão já localizados nas propriedades rurais.

Um quarta proposta, a utilização do equipamento convencional para pasteurização lenta do leite nos estabelecimentos com inspeção sanitária estadual ou municipal, desde que apresente os dispositivos e acessórios para controle e registro do processo.

A quinta proposta é a continuidade do fornecimento do leite em latões, em temperatura ambiente, desde que a matéria-prima seja entregue no estabelecimento responsável pelo seu processamento até duas horas após o término da ordenha.

Ainda, existe uma sexta proposta, que seria um período mínimo de análise de leite: a Portaria coloca duas análises por mês e as entidades, principalmente, a Fetraf-sul, que apresentou essa proposta, propõe apenas uma análise por mês na questão do leite, que é a análise sobre o controle de placas bacterianas e também o controle de células somáticas.

Essas foram as principais propostas apresentadas pelas entidades que lá estiveram no dia 30, especialmente, a Fetraf-sul e muito bem aceita pelos técnicos do Ministério da Agricultura.

Os técnicos pediram um prazo de quinze dias para que possam dar uma resposta para os agricultores e para as entidades que lá estiveram e estamos no aguardo dessa resposta.

Foi isso que aconteceu na audiência que estivemos eu e o deputado Eli Ghellere, representando a CPI dos Alimentos, na discussão da Portaria 56 que diz respeito à cadeia leite.

Senhor presidente, senhores deputados, gostaria de manifestar-me sobre um assunto muito debatido no dia de ontem, e deixar mais uma vez registrado aqui, que lamentamos muito mais uma mulher morta em Almirante Tamandaré, quando já usamos desta tribuna e outros deputados também já se manifestaram.

Há menos de quinze dias falávamos da morte da 17ª mulher em Almirante Tamandaré e nesta semana, esse número já sobe para 19ª mulher, entre desaparecidas e mortas.

Encaminhamos um requerimento aprovado nesta Casa, para o secretário da Segurança Pública, para que agilizasse esse processo, que tomasse as medidas necessárias para que não acontecesse mais mortes, nem de mulheres, nem de homens. Mas, o que nos deixa inconformados, é saber que as mulheres que estão sendo assassinadas, numa série, praticamente, da mesma forma, todas são encontradas da mesma forma.

É preciso que se faça justiça no Estado do Paraná e é preciso que o secretário da Segurança faça alguma coisa para que isso não aconteça mais, tanto em Curitiba como também na Região Metropolitana, mais propriamente em Almirante Tamandaré, onde mulheres estão perdendo suas vidas e no entanto, não estamos vendo o secretário da Segurança fazer nada para amenizar essa

situação, para acabar com esses assassinatos que vêm acontecendo em Almirante Tamandaré.

É necessário que se tome alguma providência, e por isso parabeno o deputado Nereu Moura que encaminhou ontem um pedido de CPI, nesta Casa, para investigar essa questão e também o caso da morte do deputado Tiago Amorim. Eu subscrevi e me sinto feliz de poder tê-lo assinado junto com V. Exa., deputado Nereu Moura, e sinto que precisamos fazer alguma coisa; é impossível que nós, deputados do Estado do Paraná continuemos aqui calados diante de todos esses assassinatos, diante da vida de pessoas que estão se indo.

Muito obrigado senhor presidente. Muito obrigado, senhores deputados!

O SR. HERMES FONSECA (Pela Ordem)

Senhor presidente.

Gostaria de dar as boas-vindas e registrar a presença do vereador Almir Noato, do Partido dos Trabalhadores de Itapejara do Oeste, aqui na nossa tribuna de visitantes.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado nos Anais desta Casa a presença dos ilustres visitantes.

O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Senhor presidente, com alegria e satisfação quero comunicar a presença aqui, nesta Casa, do vereador Jonis Gavi Guimarães, presidente do PMDB de Jaguaraíva; do vereador Antônio Carlos Pontes; do Dr. Mário Pinheiro, advogado lá de Jaguaraíva. Com honra recebemos a visita dessas ilustres pessoas.

Quero também registrar aqui a presença do prefeito de Laranjeiras do Sul, meu amigo Claudir Justis; do presidente da Câmara, Milton Ouro e cumprimentar o vereador Eduardo Cruz, que está acompanhado de uma delegação do município de Laranjeiras do Sul, da comunidade de Boa Vista; uma comunidade que está vivendo um momento de grande impasse, uma vez que o governo federal desapropriou uma área que seria uma reserva indígena, e com isso criou uma situação de dificuldade para mais de 300 famílias que estão vivendo lá em Laranjeiras do Sul.

Estão aqui todas essas pessoas, e quero registrar a nossa satisfação, em nome da Assembléia Legislativa, em recebê-los na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Fica registrado a visita dos ilustres visitantes em nossa Casa.

Pequeno Expediente, deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, autoridades aqui referendadas pelos outros senhores companheiros deputados e visitantes.

Em frente à Telepar, a nossa querida Telepar do Paraná, que infelizmente, foi privatizada, ali se encontram acampados, deputado Moysés Leônidas, companheiros seus de Londrina, companheiros nossos de Ponta Grossa, e de todo o Paraná, homens ligados à telecomunicações.

Homens que acreditaram naquela privatização feita pela Telepar; executaram serviços terceirizados da empreiteira que ganhou a concorrência na extensão de dutos, na colocação de terminais telefônicos em firmas e residências, e executaram o serviço.

O ano passado receberam, a partir do mês de dezembro, deputado Traiano, mais de quarenta subempreiteiros, que aqui estiveram e tem dezenas de funcionários que têm que ser pagos mensalmente.

Tem centenas de fornecedores de materiais que foram utilizados e que foram colocados em serviços que prestaram àquela privatização feita e principalmente, contratada pelo empreiteiro maior da telecomunicação do Paraná. Não receberam janeiro, fevereiro, março, abril e nós estamos em maio!

Lá eles se encontram acampados na avenida, sendo importunados pela Polícia Militar que ali compareceu: pelas autoridades outras que ali estiveram, mas que não resolveram as suas situações com referência àquilo que foi apresentado neste Plenário.

Lembro-me perfeitamente bem, naquela ocasião os deputados Tony Garcia, Neivo Beraldin, Algaci Tulio e outros companheiros indagavam da Mesa e da Presidência da Casa, a continuidade ou não daquela CPI da Telecomunicação.

Quando essa CPI, deputado Nereu Moura, começou a chegar nos “tubarões”, quando começou a chegar realmente, naqueles que estão roubando o Paraná e a Nação, naqueles ladrões acobertados não sei por quem, essa CPI teve, da Justiça do Paraná, a sua suspensão.

O deputado Tony Garcia, o relator da CPI, V. Exa. que em diversas oportunidades denunciou aqui nesta tribuna aonde me encontro, do que ocorre na telecomunicação: roubo nos impulsos; roubo nos números a serem chamados e às vezes não efetivados pelo dono do aparelho; as reclamações que têm que ser pagas, depois discutidas, para serem reembolsadas.

E agora, deputado Nereu Moura, o roubo do serviço efetivado pela terceirização daquele empreiteiro malandro, que tem a cobertura nacional e que tem o respaldo até do governo do Estado, porque aqui esteve o chefe do Procon, que nomeado pelo governo do Paraná, que insensível, não olha quem trabalha; não teve uma posição decente até neste instante em que estamos falando.

Lá se encontram, deputado Nereu Moura, dezenas de chefes de família, donos de subempreiteiras pequenas e médias com 10, 20, 30, 50, 100 empregos que eles tiveram que pagar todos esses meses. E o pior! O serviço que eles fizeram, o empreiteiro maior da Telepar já recebeu e

embolsou o dinheiro. Levou fora do País os lucros que aqui foram auferidos!

Por isso, senhor presidente, deputado Hermas Brandão, naquela oportunidade o deputado Tony Garcia, solicitava à Mesa Executiva a constituição da terceira Comissão de Investigação da Telecomunicação do Paraná, que é uma vergonha, é um roubo organizado e acobertado e queremos saber por quê!

Deputado Tony Garcia, queria que V. Exa., que tão bem conduziu a primeira CPI, que tão bem conduziu a segunda CPI, tenha agora nas mãos o nosso apoio e com a aquiescência da Presidência, a instalação da terceira CPI, para que possamos identificar esses ladrões, se possível colocá-los na cadeia, e levarmos avante aquilo que todo o povo do Paraná e do Brasil desejam que é uma telecomunicação justa e que empreiteiros sujos iguais a este aqui não se estabeleçam para darem o “cano” a quem trabalha e roubarem o povo do Paraná!

Tenha V. Exa., deputado Tony Garcia, o apoio do PDT, através da nossa palavra como líder, dos seis companheiros nossos do PDT, e tenha certeza absoluta, V. Exa. terá o apoio dos nossos representantes na Câmara Federal, dos 30 deputados federais, bem como dos 3 senadores, para que possamos banir da Telecomunicação esses “picaretas” que, acobertados por Brasília, vieram aqui no Paraná tomar conta da telefonia do nosso Estado.

Queria, senhor presidente, que V. Exa. atendesse os reclamos da CPI da telefonia com a instalação imediata desta terceira para continuarmos a dar uma satisfação ao povo que nos elegeram e que nos deu o mandato que nós ocupamos até o final desta Legislatura.

Concedo um aparte ao ilustre deputado Tony Garcia.

O Sr. Tony Garcia

Deputado Zuk, agradeço as suas palavras elogiosas à conduta da CPI que por nós foi presidida e ontem eu já fiz o apelo com o presidente Elio Rusch, que substituiu o nosso presidente Hermas Brandão, e neste momento presidente Hermas Brandão, atendendo aí um apelo de várias entidades, de várias pessoas, inclusive do Procon e de toda a sociedade do Paraná, pediríamos a V. Exa. que pedisse ao Tribunal de Justiça uma decisão sobre as nossas CPI's lá paralisadas. Se isso não acontecer, senhor presidente, nós temos aí um projeto de resolução já com 45 assinaturas que já foram colhidas, deputado Zuk, e nós precisamos só entender o seguinte: se nós não pudermos continuar os nossos trabalhos, se não tivermos uma decisão do Tribunal, que possamos implantar aqui a terceira CPI para continuarmos essa investigação que vem sendo cobrada por nós, todos os dias, e por toda a sociedade, senhor presidente.

Eu pediria isso, encarecidamente, a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Respondendo aos deputados Tony Garcia e Luiz Carlos Zuk, nós vamos novamente entrar em contato com

o Poder Judiciário para tentarmos uma agilidade no julgamento da liminar que foi concedida. Nós queremos o julgamento do mérito ao Poder Legislativo.

O Sr. Tony Garcia

Perfeito, senhor presidente.

É que foram 90 dias, senhor presidente, o pedido de suspensão das CPI's já se passaram 180 e eles não responderam.

Então, se não responderem, que nós possamos instalar a terceira CPI, porque nós já a temos pronta para começar o trabalho e não deixarmos a sociedade desamparada.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Eu agradeço a palavra e principalmente a posição da Mesa, através do deputado Tony Garcia, e do deputado Hermas Brandão.

Eu queria convidar o deputado Tony Garcia, eu já estive lá, dei a nossa palavra e seria essa a posição de V. Exa.. Lá, uma centena de pessoas estão frente à Telepar, acampadas, e pediram que transmitíssemos aqui na tribuna o apoio, que transmitíssemos a V. Exa. o apoio de todos eles, e principalmente o respeito que eles têm pela CPI, que enquanto o senhor e os membros da CPI, de todos os partidos, que participaram dela iam conduzindo, quando chegaram realmente numa identificação daquilo que seria o roubo organizado, parece-me que uma mão invisível aqui veio e paralisou os trabalhos.

Concedo um aparte ao deputado Hermes Fonseca.

O Sr. Hermes Fonseca

Deputado Zuk, é preciso que se registre nesta tribuna, também, que não só os funcionários das empreiteiras da Telepar-Telecom ou das sub-empreiteiras estão para receber o seus créditos; eles deram calote geral no Paraná. No interior, eles contrataram serviços de terceiros e não pagaram. Lá em São Jerônimo da Serra, por exemplo, contratou um carpinteiro e pedreiro para um serviço, por tarefa, por empreitada e a empresa que fez o serviço para a Telepar é de Florianópolis, foi embora e não pagou mil e oitocentos reais.

Lá em Cornélio Procopio deram o calote em posto de gasolina, em firmas de material de construção, em fornecedores de alimentos, de refeições, enfim, em borracharia. É um verdadeiro escândalo o que acontece! Agora, é preciso que a Telepar saiba que ela é co-responsável, que ela não está livre desta responsabilidade, porque a partir do momento que ela subempreita uma obra, ela é co-obrigada nas responsabilidades da obra, tanto na parte salarial, como na parte de contratos e de fornecimento ou de compra de materiais.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Eu agradeço o seu aparte, que vem enriquecer contra esse roubo organizado que implantou-se no Paraná. Alguém tem que ser responsabilizado. Bem disse V. Exa.

que a Telepar é co-responsável, mas entendo também que o Governo do Estado tem que tomar uma posição, como esta Casa vai tomar a sua. E o governo, sempre ausente, parece-me que aonde quer se apurar a verdade, identificar os culpados, e apresentar os resultados, S. Exa. o governador vira as costas para o povo do Paraná e principalmente para os problemas que o povo do Paraná, que o comércio, que a indústria, como V. Exa. bem disse, do interior enfrentam.

Quantas firmas poderão se quebrar, quantos comércios poderão fechar, quantos pais de família ficarão sem emprego. De nada adianta essa propaganda mentirosa do Governo do Estado, dizendo que com o Paraná vai tudo bem, o Paraná não tem problemas. É só abrir a janela do Palácio Iguaçu, andar um pouco na rua ou se deslocar ali em frente da Telepar, e verá que a mentira tem pernas curtas e a verdade tem que ser restabelecida.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, agora, às 16 horas da tarde, haverá uma reunião na cidade de Paranaguá. Estarão presentes, além de autoridades da cidade como vereadores, representantes da Câmara, da Associação Comercial de Paranaguá e de todos os sindicatos de Trabalhadores da orla Portuária, acontece algo similar com o problema que aconteceu com a Renault.

Paranaguá um dos terminais, que é terminal de cargas, transporte de containers de propriedade de uma concessionária chamada Redran, todos nós a conhecemos, trabalha lá no porto de Paranaguá.

Ela tem um convênio com trabalhadores, com o Sindicato de Motoristas Autônomos lá do Porto. E esse sindicato praticamente nasceu junto com o Porto de Paranaguá.

Na época transportava café, transportava carga geral e hoje um dos pedaços é o transporte dentro da faixa portuária, dentro do município de Paranaguá, sem fazer o transporte para cá, para Curitiba e para o Estado do Paraná, mas notadamente para o município de Paranaguá com esses caminhoneiros, e a Redran, essa companhia que é uma concessionária, ganhou o processo de licitação para a utilização de parte do Porto de Paranaguá, pretende romper o contrato. Há uma suspeita, há indícios de que pretende romper o contrato! Isso vai fazer um dano para a economia e para os trabalhadores lá de Paranaguá.

Então, agora, às quatro horas da tarde, tem uma reunião neste sentido lá na cidade de Paranaguá. Eu gostaria de pedir a V. Exa. que justificasse a minha ausência ao restante da Sessão Legislativa porque estou me dirigindo para tomar conhecimento da situação e gostaria de, na próxima Sessão de segunda-feira, fazer um relato oficial da situação e o que a Assembléia Legislativa pode fazer para mediar uma solução que preserve minimamente a condição de vida do povo de Paranaguá, que já é muito sofrida.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Solicitamos, aproveitando a sua ida, lá, que represente esta Casa e possa trazer esclarecimentos na próxima segunda-feira.

Deputado Algaci Tulio, no Pequeno Expediente.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados, eu trago ao conhecimento da Casa a angústia, a incerteza, a preocupação da corporação da Polícia Militar, não só da corporação, mas da família da Polícia Militar em razão da fechamento do Hospital da Polícia Militar. Desde ontem tenho recebido inúmeras ligações de pessoas ligadas à família militar, para saber o que está acontecendo com o hospital qual é o seu futuro e de que forma os familiares de militares serão atendidos nesse novo plano de saúde que o governo do Estado pretende implantar.

O Hospital da Polícia Militar que foi fundado há mais de 40 anos, em 1958, na época do governador Moysés Lupion, com a finalidade de prestar à corporação militar um atendimento diferenciado, especialmente em casos de pronto atendimento e de emergências, pois em casos de policiais feridos esses eram atendidos, às vezes até transportados junto com os marginais para o Pronto Socorro do Cajuru ou agora do Evangélico.

Então, quando funcionava o Hospital da Polícia Militar, o militar ferido em trabalho era ali atendido, separado daquele que foi motivo do confronto.

Então vejam os senhores que situação complicada que fica agora. Primeiro o policial militar é ferido no combate e se ferir o seu opositor os dois serão jogados numa ambulância e levados para o Pronto Socorro e lá serão atendidos juntos, numa situação realmente que não é a mais correta. O hospital possui 120 leitos, conta com diversas clínicas de especialidades diferentes. laboratórios, salas para cirurgias, além de ambulatório de pronto atendimento emergencial e a construção foi efetuada com a contribuição de todos os policiais através de um auxílio, de uma atuação imposta pela corporação.

O hospital era mantido com o dinheiro de três fontes - dinheiro das contribuições da comunidade, dinheiro da corporação e dinheiro do IPE que era a maior parte que vinha do fundo de saúde. O fato do fechamento já havia sido previsto com o fechamento do IPE e foram apresentadas sugestões ao Comando Geral para solucionar, para achar uma saída para este problema e atualmente uma das últimas soluções apresentadas foi a manutenção do atendimento apenas dos policiais ativos, mas que não se configura como solução, já que o hospital foi construído e equipado justamente pelos policiais da reserva e são os que mais necessitam do atendimento prestado por aquela casa de saúde.

O novo plano de saúde do governo não prevê, inclusive, o atendimento psicológico, que é um tratamento, um atendimento fundamental, para a atuação do policial militar, a questão psicológica. É estar devidamente preparado psicologicamente, muito embora com o

salário que ganhe, não seja possível. Mas pelo menos remediava, esse atendimento psicológico, os policiais militares.

Agora, são atendidos normalmente, pessoas comuns, no Pronto Socorro, no Cajuru, no Evangélico, no Hospital de Clínicas e é evidente que desaparece o atendimento psicológico.

Sabem os senhores quantas mil pessoas são atendidas pelo Hospital da Polícia Militar, no Paraná? São 75 mil entre a corporação ativa, os inativos e os familiares - isso no Paraná! Só em Curitiba são 35 mil familiares de policiais, deputado Antonio Anibelli, que vão agora ter que enfrentar filas, esperar uma vaga no hospital, para o internamento ou o atendimento, quando tinha todo esse aparato no Hospital da Polícia Militar, que é da própria corporação.

A corporação está apreensiva. A Associação de Defesa dos Direitos dos Policiais Militares e Pensionistas - Amae, considera essa, mais uma aventura do governo, já que não se sabe se haverá atendimento e se será bom, sem contar com o constrangimento do policial, em ter que partilhar o mesmo local de atendimento com os bandidos, com quem ele se defrontou no socorro à sociedade.

O fechamento do hospital, considera a Amae, uma afronta e um retrocesso na questão da saúde pública no Estado do Paraná.

Por isso, ainda, hoje, senhor presidente, estarei dando entrada, aqui, no plenário, de um pedido de informações: o que pretende o governo fazer com o Hospital da Polícia Militar? Qual o destino a ser dado? Juridicamente, parece-me que o governo não pode incorporar o Hospital da Polícia Militar no patrimônio, que é o Fundo de Previdência do Estado do Paraná.

Fica o registro que quer fazer, condenando essa situação, preocupando-me sobremaneira com o futuro do atendimento dos policiais militares da ativa, dos inativos e de seus familiares.

O SR. MARCOS ISFER

Deputado Algaci Tulio, se V. Exa. fizer uso da liderança, eu gostaria de pedir um aparte a V. Exa.

O SR. ALGACI TULIO

Eu, até hoje, não utilizei a liderança do PMDB. Não sei se o deputado Traiano me permite.

(Assentimento)

Na seqüência darei o aparte ao deputado Marcos Isfer.

Senhor presidente, há um clima de expectativa e de apreensão. Desmontam-se equipamentos de primeira geração, que estão devidamente funcionando, que até aqui vinham prestando extraordinários serviços à Corporação da Polícia Militar, para sucatear tudo isso aí. Para aonde vai esse equipamento? Quem é que vai comprar esse equipamento? Esse equipamento não é cedido pela Secretaria Estadual da Saúde. Não foi comprado com o dinheiro do governo, foi comprado e adquirido com a

contribuição do policial militar da ativa, do policial militar inativo e da contribuição da população. Cria-se um imbróglio jurídico, aí. E nós não sabemos como é que o secretário da Administração vai mover, que tipo de ação vai fazer.

Por isso vou dar entrada em um pedido de informações, para saber da realidade do Hospital da Polícia Militar.

Concedo um aparte do deputado Marcos Isfer.

O Sr. Marcos Isfer

Agradeço o aparte, nobre deputado Algaci Tulio. Mas para referendar o que diz V. Exa., digo que, efetivamente, a saúde pública do Estado do Paraná está sendo sucateada. O sucateamento do IPE, este novo plano de saúde que é um plano enganoso, eu tenho dito para os servidores públicos. Veja V. Exa. que isso só se dará durante este ano e depois nós não teremos mais nenhum tipo de assistência.

Agora, a tentativa de desmonte do Hospital da Polícia Militar, que é um hospital-referência, diga-se de passagem, é um hospital que sem sombra de dúvidas tem prestado excelentes serviços à comunidade paranaense não só à Polícia Militar.

Então, tudo isso demonstra claramente o sucateamento da saúde no Estado, num momento que, mais do que nunca, se exige providências para melhorar a saúde, principalmente num Estado como o nosso.

Então, lamento que estas atitudes sejam tomadas pelo governo sem haver nenhum tipo de consulta, principalmente, nenhum tipo de conversa sequer com o servidor, quase tratando o servidor público estadual como se ele fosse simplesmente uma máquina, um computador que ao final do seu trabalho será jogado, porque este será o destino, sem sombra de dúvidas, de servidores que morrerão à míngua por falta de assistência.

O SR. ALGACI TULIO

Agradeço o seu aparte, deputado Marcos Isfer. O pior de tudo é que o servidor público do Estado está recebendo em sua casa uma cartilha onde o governo expõe o seu plano de saúde, e se o servidor aceitar, ele assina a cartilha. Assinando automaticamente já está aceitando o plano. Quer dizer, com quem foi discutido isso? Se esta Casa aqui discutir o empate e não encontrou uma solução, denominador comum para isso?

Como é que o cidadão em casa, o inativo, a mulher, o filho, o próprio militar, como é que ele vai ter tempo de fazer uma análise para saber se juridicamente o plano vai funcionar? Aonde, que tipo de cirurgia ele vai ser amparado, ele e a sua família?

Então, por isso tudo, senhor presidente, que esta Casa precisa se preocupar com isso. Não se trata de uma questão político-partidária, não se trata de uma ação de Oposição, de Situação. Trata-se de uma preocupação que nós temos, especialmente eu e o deputado Marcos Isfer, que somos de Curitiba, e que constantemente temos uma

relação muito afinada com a corporação, e especialmente a minha pessoa, que estive hoje pela manhã, mais uma vez reunido com o pessoal da Amae, quer dizer, a corporação nos busca, nos procura, para que sejamos seu porta-voz, para saber em que situação vai ficar agora a questão do Hospital da Polícia Militar.

Parece que estão se precipitando as coisas, sem que se tenha ainda uma definição se o plano de saúde que o governo quer colocar é exatamente este, se é este que vai agradar, que vai atender a todos os segmentos da sociedade.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, fica aqui esta minha preocupação registrada aqui nesta Sessão da Assembléia Legislativa encarecendo à Liderança do Governo que não se trata de um pedido de informações de caráter político, mas se trata de um pedido de informações de caráter de necessidade, prático, para que a gente possa informar à Corporação e seus familiares o que é que vai acontecer com o Hospital da Polícia Militar.

Repito, é profundamente lamentável que se desmonte um hospital de qualidade, hospital-referência como é o Hospital da Polícia Militar, se jogue 35 mil atendimentos-ano para dois hospitais de Curitiba conveniados e 75 mil em todo Paraná para outros hospitais conveniados no interior do Paraná.

Era o registro, senhor presidente que eu faço nesse momento em nome da Corporação da Polícia Militar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não tendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSC, PSL.

PT, deputado Irineu Colombo.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

O deputado Algaci Tulio vai me acompanhar à viagem até Paranaguá, para representar a Assembléia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

A Assembléia estará muito bem representada pela presença de V. Exas.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente Hermas Brandão, senhora e senhores deputados. A notícia que eu recebi há pouco, fazendo uma preliminar do meu pronunciamento, é de que a Justiça Federal está muito preocupada com a situação de alguns Estados que não pagam precatórios e cita o caso gravíssimo do Paraná. Há uma proposta da Justiça do Trabalho e com a manifestação já favorável do STF de que o dinheiro do Tesouro seja seqüestrado pela Justiça para pagamento de precatórios.

Vamos ver como a Justiça se comporta, porque o Estado do Paraná não paga precatório e eu já falei em pronunciamento há dois anos atrás. Cito o caso de um agricultor, no interior de Toledo que está há dezoito anos inválido, por conta de um atropelamento na zona rural,

por um carro do governo do Estado do Paraná e até hoje a família não recebeu nenhum tostão de indenização, direito que lhe cabe. mas o senhor, presidente Hermas Brandão, que é sabedor do assunto que eu vou tratar, porque atendeu a uma solicitação do deputado Nereu Moura que havia agendado com o presidente desta Casa, uma audiência com moradores, com agricultores e lideranças políticas de Laranjeiras do Sul.

Estão, conosco o prefeito municipal, o presidente da Câmara, vereador Eduardo Cruz e demais lideranças de agricultores que estão tratando de buscar na Assembléia Legislativa, uma apoio a um drama que vem perseguindo a comunidade há algum tempo, O deputado Nereu Moura está muito sintonizado com essa problemática; trata-se de uma área que a Funai quer dar aos índios que moram próximos.

Há uma orientação do governo federal de retomar possíveis áreas indígenas e no caso desses agricultores que estão aqui na tribuna de honra, as suas propriedades estão sendo questionadas, estão sendo medidas neste momento pela Funai, para que sejam possivelmente, ocupadas, por índios. A bem da verdade, nós queremos que o direito dos indígenas seja respeitado, e da mesma forma pensam os agricultores, mas o que acontece, e o presidente Hermas Brandão chamava a atenção hoje pela manhã, na reunião, é que as terras que os agricultores possuem são propriedade com títulos, escrituras e registros, e algumas, com registros de cinquenta anos atrás. Então, é um direito de posse reconhecido pelo governo do Estado do Paraná que agora abre um conflito com o governo federal. Então há intenção das autoridades locais que eu nomeiei, de levar o problema para a Assembléia, fazer com que o governo do Paraná dê garantias a esses títulos, a esses documentos que reconhece como legítimos.

O que os agricultores querem, é que tenha um diálogo, um acordo sobre essa questão. Que pare a Funai de medir as propriedades, de criar um clima de que as terras serão dos indígenas.

Repito, não há uma contrariedade com relação ao direito dos indígenas, mas que a Funai tratasse dessa questão num entendimento. Se porventura alguns agricultores quiserem sair da propriedade, que sejam indenizados por todos. Se porventura há um interesse da tribo indígena em ser assentada em outro local, que a Funai proceda à compra de outra terra e lá sejam colocados os indígenas. Há possibilidade de entendimento de ambas as partes e é isso que nós vamos buscar.

Gostaria de ouvir aparte do deputado Nereu Moura que, com certeza, tem muito a contribuir.

O Sr. Nereu Moura

Deputado Irineu Colombo, eu e V. Exa. tivemos uma longa história na luta pelo reassentamento das propriedades lá da Usina de Salto Caxias. Foram inúmeras idas e vindas e nós lutando ao lado dos trabalhadores para que eles não fossem jogados na rua. Eles, evidentemente

pela sua determinação, tiveram conquistado o seu pedaço de terra. Hoje estamos diante de um outro problema, quase idêntico. Os trabalhadores da agricultura que para Laranjeiras foram, há dezenas de anos atrás, que lá se instalaram, compraram as suas terras. E lá na região, é bom que se diga, existe inclusive uma reserva indígena, a Reserva do Rio das Cobras, que, por sinal é distante de onde está localizada a gleba Boa Vista no distrito de Passo Liso, no interior de Laranjeiras do Sul. De repente, aparece a notícia que aquela área está sendo desapropriada pelo governo federal porque ali seria uma reserva indígena, ali onde vivem mais de 300 famílias de agricultores!

Imagine V. Exa., deputado Irineu Colombo, que é um deputado com grande sensibilidade social e nossos colegas deputados aqui da Casa, imaginem a aflição dessa gente que, de repente, o sonho, a luta, o esforço para ter a sua terra, se vê esmorecido, vai para o ar e tudo aquilo que foi plantado é destruído!

Então, como falou V. Exa., ninguém é contra o direito indígena, nem os agricultores, porque já participei, lá no sindicato, de algumas reuniões e jamais um agricultor colocou ali a sua contrariedade com relação ao direito indígena. Agora o que todo mundo luta, é pelo seu direito à propriedade! Não havia na história recente daquela comunidade, a idéia que aquilo poderia pertencer aos índios! Aliás, se formos rememorar o passado, se voltarmos atrás, como diz o prefeito Claudir Justus, se formos fazer a história da terra brasileira e chegarmos a 1.500 vamos chegar a conclusão que todo território brasileiros pertence aos índios!

Então, o que acontece em Laranjeiras do Sul é um fato muito grave e que depende da Assembléia Legislativa intermediar para poder ajudar 300 e poucas famílias que estão desesperadas.

Então V. Exa. ao falar aí na tribuna, fala em nosso nome, conta a história para a Assembléia Legislativa, o que está acontecendo e o encaminhamento que nós vamos dar. O deputado Hermas Brandão atende hoje a nossa comissão. Aliás, o deputado Hermas Brandão, tem sido um presidente presente, sensível, tem ajudado, e já solicitou alguns encaminhamentos que nós iremos providenciar para podermos oferecer a nossa contribuição, a contribuição da Assembléia Legislativa do Paraná para ajudar a intermediar a aflição, o sofrimento, a dor, a tristeza dos nossos agricultores que estão lá, sem saber o que fazer, porque existe, inclusive, um pedido para que eles nem plantem mais, nem mais joguem a semente na terra!

Então, é essa a situação que está ocorrendo lá no município de Laranjeiras do Sul e por isso é oportuno o seu pronunciamento de V. Exa., que é um deputado brilhante e que tem acompanhado todos os movimentos sociais que têm acontecido no Estado do Paraná.

O SR. IRINEU COLOMBO

Agradeço profundamente o aparte. Acho honroso os elogios do deputado Nereu Moura, que evidentemente

não faço por merecer, mas convém lembrar à Assembléia Legislativa que a Funai está tomando as medidas das propriedades rurais e informando aos agricultores que serão apenas indenizadas as benfeitorias, gerando uma expectativa ao grupo indígena que me parece uma expectativa que não é verdadeira. Isso faz com que as coisas vão se avolumando.

Então, a idéia que foi sugerida pelo deputado Hermas Brandão, juntamente com o deputado Nereu Moura, é que a Comissão de Terras da Assembléia, receba um documento pormenorizado das várias informações compiladas dos agricultores da Prefeitura Municipal, da Comissão dos Vereadores, que é muito importante os vereadores formarem uma comissão para dar o seu relato, como autoridades constituídas e testemunhas daquele procedimento, daquele processo todo e tragam para cá. A Comissão de Terras chamará a Funai e o Incra e vamos tomar pé da situação, vamos ver o que é que se pode discutir.

Concedo o aparte ao ilustre deputado Cezar Silvestri.

O Sr. Cezar Silvestri

Deputado Irineu Colombo, tenho defendido e isso de forma pública, há muitos anos, as causas indígenas e os índios de forma geral no Paraná.

Tenho várias ações nesse sentido, vários projetos, várias leis que nós conseguimos aprovar, que beneficiam os nossos índios.

Concordo plenamente com V. Exa. que essa não é a situação, apesar de sabermos e gostaria de colocar a V. Exa. o outro lado da moeda. Hoje os índios do Paraná vivem em dezessete áreas indígenas. Vivem de forma totalmente desumana, sem as menores condições de uma vida digna. Sem assistência por parte do governo federal, sem assistência nenhuma por parte da Funai, uma pequena assistência por parte do governo do Estado. Muito mais, graças à luta aguerrida do secretário de Assuntos Indígenas, que é o Edigio Batistella, que é um homem que tem um amor muito grande por essa causa. Mas, enfim, os índios estão totalmente desamparados. Agora, realmente não é a solução nós procurarmos devolver os direitos dos nossos índios, tirando produtores rurais e principalmente dessa forma. Também tenho defendido publicamente que o Incra tem errado na questão da reforma agrária, e V. Exa. hoje parece que concorda comigo. Não é justo, muitas vezes quando se desapropria uma terra para fins de reforma agrária, quando se quer pagar para o proprietário apenas as benfeitorias, esquecendo que ele pagou por aquela terra, ao longo de sua vida, muitas vezes herdando de pai, avô, mas na verdade pagaram pela terra. A terra tem que ser paga, não pode ser paga com títulos podres, títulos da dívida agrária, que vão receber por vinte, trinta anos. Sempre tenho defendido e defendo a reforma agrária, mas quero de forma justa, ou seja, que o proprietário seja indenizado pelo valor real da terra e que possamos assen-

tar o maior número de pessoas que querem trabalhar na terra.

Agora me somo com V. Exa. com todos os deputados da região, tenho certeza que pensam como nós, mas deveríamos fazer uma ação, sim, junto ao governo do Estado, junto ao governo federal, para que possamos reparar essa injustiça que vem ocorrendo ao longo dos últimos quinhentos anos dos índios do Paraná. Hoje eles estão confinados em dezessete áreas no Estado do Paraná. Em algumas delas, para que vocês tenham uma idéia, em alguns municípios, tipo São Jerônimo da Serra, alguns outros, em áreas de cento e poucos alqueires, vivendo seiscentas famílias.

Ou seja, eles não têm a menor condição de subsistência, estão mendigando na cidade, estão durante todo o tempo procurando nas rodovias vender artesanato, vivendo embaixo de lonas pretas. O que nós precisamos sim, é uma ação da Assembléia Legislativa junto ao governo do Estado, junto ao governo federal, para que possamos resolver o problema, garantir a propriedade a quem está produzido, mas também dando alternativas, para que os nossos índios possam viver de forma digna.

Muito obrigado!

O SR. IRINEU COLOMBO

Mas o Regimento Interno, se usa quando há polêmica. Nesse momento parece que está tudo em concordância.

Gostaria apenas, senhor presidente de agradecer o aparte do deputado Cezar Silvestri, dizendo que isso faz parte do governo federal, o senhor sabe muito bem, a Constituição diz em um dos seus artigos, “que as terras consideradas dos índios que estão cadastradas há muito tempo atrás, seriam retomadas”. Enfim, um procedimento. Então, parece que essa área faz parte desse “mandame” da Constituição Federal, que é para reaver as terras, talvez o procedimento tenha que ser um pouco mais esclarecido mas eus concordo com V.Exa.

Acho que temos que arranjar mais terras para os nossos índios, e me somo à sensibilidade que V. Exa. tem àqueles seres humanos que também, merecem todo o nosso apoio e não tem tanta organização política como nós brancos. Evidentemente não podemos perder isso de perspectiva.

Mas em todo o caso, atendendo a uma orientação do nosso presidente Hermas Brandão, a Comissão de Terras, liderada pelo deputado Nereu Moura, vai enfim, fazer essas tratativas para haver conciliamento de interesses, e os agricultores não fiquem também apavorados como estão atualmente com o que vai acontecer e a Funai passando informações às vezes distorcidas, gerando expectativas, que não são verdadeiras em relação aos agricultores, mas ao grosso modo, juridicamente falando, há um conflito entre o título que o Estado do Paraná deu a esses agricultores e o direito que o Governo Federal quer dar aos índios.

O grande conflito está aí.

Esse grande conflito federativo, podemos dizer, tem que ser resolvido com a participação dos entes: governo do Paraná, governo federal com seus representantes e a Assembléia Legislativa com presidente Hermas Brandão, deputado Nereu Moura e deputado Cezar Silvestri estarão fazendo parte deste grande entendimento.

Presidente, agradeço imensamente a sua sensibilidade, tem sido um grande parceiro nas soluções que nós procuramos ao nosso povo paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Horário das Lideranças: PPB, PMDB, PFL, PSDB, PTB, PPS, Liderança da Oposição, Liderança do Governo.

(**Declinaram**).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria da deputada Luciana Rafagnin, com apoio dos deputados Irineu Colombo e Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 07 (sete) de autoria do deputado Nelson Tureck, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados**. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados**. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do deputado Fernando Guimarães, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados**. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do deputado Algaci Tulio, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1134, de autoria do deputado Ademar Traiano, com apoio dos deputados Marcos Isfer, Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Luiz Carlos Zuk e demais deputados, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 09 de maio, quinta-feira, para o dia de hoje, logo após a presente Sessão. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

O SR. MARCOS ISFER (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, tendo em vista uma reunião do diretório nacional do PPS, que deve ser realizado hoje à noite, do qual farão parte este deputado e o deputado Cezar Silvestri, nós pedimos que V. Exa justifique a

nossa ausência uma vez que estamos nos dirigindo a Brasília para representar o Partido.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Desejamos boa viagem e que a convenção traga ao candidato o apoio necessário de toda a sua base eleitoral.

O SR. CARLOS SIMÕES (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar, com carinho, o aniversário do nosso colega deputado Cleiton Kielse. Convido os deputados e o povo do Paraná estarem às cinco horas em seu gabinete.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Os nossos cumprimentos.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 513/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que inclui o conteúdo programático das escolas de primeiro e segundo graus, da rede pública estadual de ensino, a matéria de Orçamento Público. **Aprovado**.

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 513/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo a autorizar incluir no conteúdo programático das escolas de primeiro e segundo graus, da rede pública estadual de ensino, a matéria de Orçamento Público.

Art. 2º - A disciplina, de que trata o artigo anterior, será ministrada em conjunto com outras disciplinas afins, a critério da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.04.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente
HERMAS FONSECA - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 532/2001, de autoria do deputado Ricardo Chab, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Estado da Saúde, instituir o atendimento médico homeopático, em toda a rede pública de saúde do Estado do Paraná. **Aprovado**. (**Publ. no DA nº 149/2001, de 17/10/2001**).

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 599/2001, de autoria do deputado Tony Garcia, que institui o Dia Estadual da Cultura e da Paz no Estado do Paraná e adota como símbolo a Bandeira da Paz. **Aprovado. (Publ. no DA nº 168/2001, de 13/11/2001).**

O SR. NEIVO BERALDIN

Verificação de votação, senhor presidente.

O SR. ADEMAR TRAIANO

Chamada nominal, senhor presidente.

O SR. RICARDO MAIA (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença de nossos amigos de Sarandi, vereadores Valdir e Alcides, que honram a nossa Casa.

Sarandi é a Capital da Folia de Reis, projeto aprovado pelos deputados.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito ao 1º secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)

(**Procede à chamada nominal**)

31 deputados presentes.

22 deputados ausentes, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Há quórum para continuidade da Sessão.

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 617/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica Pesqueiro, no Rio Jaguariaíva, no município do mesmo nome. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 617/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção da Pequena Central Hidrelétrica Pesqueiro, localizada no Rio Jaguariaíva, afluente no rio Itararé, na Bacia Hidrográfica do Rio Paranapanema, às coordenadas 24º07'56"S e 49º38'09"W, no município de Jaguariaíva.

Art. 2º - A construção da PCH - Pequena Central Hidrelétrica Pesqueiro, mencionada no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná-IAP.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 24.04.2002.

(aa) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 642/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate ao Câncer. **Aprovado. (Publ. no DA nº 176/2001, de 27/11/2001).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 664/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre a criação do Serviço de Acupuntura e Homeopatia nas unidades de saúde e hospitais mantidos pelo Poder Público ou a ele conveniados e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 182/2001, de 04/12/2001).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar nº 691/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que inclui o município de Sertãoópolis na Região Metropolitana de Londrina. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
Nº 691/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º, da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica instituída na forma do § 3º do art. 25 da Constituição Federal e art. 21 da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Londrina, constituída pelos municípios de Londrina, Cambé, Jataizinho, Ibi-porã, Rolândia, Tamarana, Bela Vista do Paraíso e Sertãoópolis”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 29.04.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 002/2002, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que institui o Prêmio do Mérito-Universitário Paranaense e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 002/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir o Prêmio do Mérito Universitário Paranaense, a ser concedido a estudantes de instituições de ensino superior estabelecidos no Estado do Paraná.

Art. 2º - O prêmio de que trata a presente lei poderá consistir do valor correspondente a passagens, diárias e ajuda de custo para a cobertura de despesas com a participação em exposições e feiras nacionais e internacionais.

Art. 3º - Farão jus ao prêmio os alunos escolhidos anualmente, através de processo seletivo em que se avaliará:

I - a qualificação do estudante;

II - a adequação do programa à complementação do aprendizado curricular;

III - a importância do evento para o contexto econômico, científico e tecnológico do Estado.

§ 1º - Poderão participar do processo seletivo a que alude este artigo os estudantes de graduação que satisfizerem às seguintes condições:

I - estarem matriculados na segunda metade dos seus cursos;

II - alcançarem excelente desempenho acadêmico;

III - terem sido escolhidos em processo interno a que se refere o § 3º deste artigo.

§ 2º - Até 30 de agosto de cada ano, poderão as instituições escolares previstas no artigo 1º encaminhar a relação dos estudantes que preencham as condições do parágrafo anterior sendo, no máximo, duas inscrições por custo relacionado a cada evento.

§ 3º - A Instituição que desejar inscrever candidato poderá promover concursos internos de ampla divulgação para a escolha dos mesmos.

Art. 4º - Poderá a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior elaborar o calendário anual de eventos para os fins previstos nesta lei, até 30 de junho de cada ano, correspondente ao exercício seguinte:

§ 1º - A divulgação poderá ser realizada por edital publicado no Diário Oficial do Estado.

§ 2º - Os eventos constantes do calendário serão aqueles considerados relevantes para a economia paranaense com destaque para os de natureza industrial e agrícola.

Art. 5º - Os estudantes contemplados na forma da presente lei apresentarão relatório escrito e consubstanciado do evento e, ainda, participarão de seminário público promovido pela instituição em que estiverem matriculados, para a divulgação dos resultados.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29.04.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que dispõe sobre dados estatísticos de acidentes de trânsito no Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP.

Sobre o referido projeto, requerimento nº 1157, de autoria do deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 109/2000.

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 212/2000, de autoria do deputado Ricardo Maia, que outorga título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Dr. Annibal Bianchini da Rocha. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ.

Será votado o projeto e ressalvada a Emenda.

Os deputados que aprovam o projeto, permaneçam como estão. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 271/2001, de autoria do deputado Tiago Amorim Novaes, autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de Assis Chateaubriand. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 679/2001, de autoria do deputado Luiz Carlos Alborghetti, que institui o Programa Paz na Escola, de ação interdisciplinar de participação comunitária para prevenção e controle da violência nas escolas da rede pública de ensino do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CECE. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 696/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 061/2001, que altera a redação da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado do Paraná). COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 007/2002, que autoriza o Poder Executivo a transferir ao patrimônio da autarquia Rádio e Televisão Educativa do Paraná - TVE, o imóvel conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CTIC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 15

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 645/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Central de Associações de Roncador - OCAR, com sede no município de Roncador e foro na Comarca de Iratema. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada emenda da CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda - **Aprovada.**

ITEM 16

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 646/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Cateto, com sede no município de Roncador e foro no município de Iretama. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda - **Aprovada.**

ITEM 17

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 651/2001, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais do Rio das Barras, com sede no município de Roncador. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 18

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 665/2001, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Suinocultores da Comarca de Marechal Cândido Rondon, com sede e foro no município de Cândido Rondon. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 19

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 030/2002, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/2002, que dispõe sobre alterações na estrutura organizacional do Poder Executivo, compreendendo extinção de Secretarias de Estado, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. EMENDAS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, Emendas Aditivas de Plenário em nº de 02 (duas).

A de nº 01, de autoria do deputado Hermas Brandão, devidamente apoiada.

A de nº 02, de autoria do deputado Nelson Justus, devidamente apoiada, ambas nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº01
PROJETO DE LEI Nº 30/2002

Acrescenta artigo ao Projeto de Lei nº 30/2002, com a seguinte redação:

“Art. 1º - ... Aos ocupantes de cargos públicos com carreira definida pela Lei nº 11.864, de 31 de outubro de 1997, não se aplica o disposto no art. 7º, da Lei nº 11.071, e 22 de março de 1995”

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Orlando Pessuti, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin e Geraldo Cartário.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Inclua-se o artigo e seus parágrafos, onde couber, no Projeto de Lei nº 30/2002.

“Art. ... - Fica instituído o Pleno de Carreira dos Servidores Públicos, regidos pelas Leis Federais nºs 5.194, de 24 de dezembro de 1966, e 4076, de 23 de junho de 1962, com modificações posteriores, lotados na Secretaria de Estado dos Transportes e no Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

§ 1º - Os atuais servidores ativos e inativos, portadores de diplomas de nível superior neste artigo, serão enquadrados neste Plano de Carreira.

§ 2º - O chefe do Poder Executivo procederá o enquadramento dos servidores definidos neste artigo, assim como, definirá a Tabela de Vencimentos do referido Plano de Carreira”.

Sala das Sessões, em 08.05.2002.

(a) NELSON JUSTUS

Apoiamento:

Cezar Silvetri, Geraldo Cartário, Marcos Isfer, Elio Rusch, Algacio Tulio e Cesar Seleme.

O Projeto retorna à CCJ.

ITEM 20

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 037/2002, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do município de Godoy Moreira, com sede no município de Godoy Moreira e foro no município de São João do Ivaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 21

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 071/2002, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, que declara de Utilidade Pública a ONG - Organização Não Governamental Ambiental Norte do Paraná, com sede e foro no município de São Jerônimo da Serra. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 22

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 093/2002, de autoria do deputado Edno Guimarães, que fica declarado de Utilidade Pública a Associação de Proteção a Maternidade e Infância - APMI, com sede e foro no município de Jussara. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 23

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 117/2002, de autoria do deputado Moysés Leônidas, que declara de Utilidade Pública Estadual a Igreja Presbiteriana de Jataizinho, com sede no município de Jataizinho e foro no município de Uraí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 24

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 122/2002, de autoria do deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná - Microrregião 14 - Acamsop/14, com sede e foro no município de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 25

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 146/2002, de autoria do deputado Nelson Tureck, que declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Comunitária dos Produtores Rurais de Vista Alegre - Florindo, com sede no município de Roncador e foro na Comarca de Campo Mourão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda - **Aprovada.**

ITEM 26

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 166/2002, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que declara de Utilidade Pública a Associação Mantenedora Santa Tereziinha, com sede e foro no município de Paranavaí. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 27

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 170/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores Dois Irmãos, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 28

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores São Miguel de Cinco Mil, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 29

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 172/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores La Salle, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 30

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 178/2002, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Estadual de Londrina, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 31

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 185/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Missionária Cristã, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 32

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/2002, de autoria do deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva e Recreativa Santa Fé, com sede e foro no município de Palotina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 33

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 190/2002, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Jardim dos Bancários, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 34

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 192/2002, de autoria do deputado Nelson Justus, que declara de Utilidade

Pública a Associação de Moradores de Voluntários Semeadores, com sede e foro no município da Lapa. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

Antes do início à votação dos requerimentos, queremos convidar os senhores parlamentares para uma Sessão Solene amanhã, às 17h00, que, por proposição do deputado Orlando Pessuti, esta Casa de Leis homenageará o professor doutor Alaércio Aparecido de Oliveira, na outorga de Cidadania Honorária do Paraná.

Também, na sexta-feira, às 19h30, no município e Douradina, por proposição do deputado Nelson Garcia, será feita a outorga de título de Cidadania Honorária do Paraná ao empresário Mário Valério Gazim.

Ficam os senhores parlamentares convidados para as duas Sessões Solenes.

(O deputado Nereu Moura assume a Presidência)

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 1126 e 1127, de autoria do deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1128 e 1133, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1129, de autoria do deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1135, de autoria do deputado Cesar Seleme, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1139, 1141 e 1143, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1144, de autoria do deputado Iri-neu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1145 a 1148, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1150 e 1156, de autoria do deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1158, de autoria do deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1137, 1138, 1140 e 1142, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constantes do expediente. **Em Discussão.**

O SR. ADEMAR TRAIANO (Pela Ordem)

Para discutir, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nereu Moura)

Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, e conforme requerimento aprovado de autoria do deputado Ademar Traiano, subscrito por outros deputados, marcando outra sessão, ordinária, para logo após ao término da presente sessão, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 212/2000, 645, 646, 651/2001, 037, 093, 117, 122 e 146/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 269/2000, 495, 541, 604, 648, 650, 653, 656, 655, 658, 676, 699/2001 e 187/2002, e do Projeto de Resolução nº 007/2002.

Levanta-se a Sessão.